

O PAPEL DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO MUNDO GLOBALIZADO

¹ Nathaly Barbato; nathalybarbato@gmail.com

² Rafael Guem Murakami; rguemm@gmail.com

¹ Bruno Andrade Costa; brunofarm@hotmail.com

¹ USP/Esalq

² USP/Esalq; Faculdade Flamingo; UNICID

RESUMO

O objetivo deste estudo é identificar a Educação Financeira como estratégia pessoal e empresarial atualmente na realidade de um mundo digital globalizado. Pretendeu-se analisar os processos de legitimação na sua aplicabilidade e a necessidade de programas de orientações financeiras nas escolas e nas organizações, apontar as diretrizes e procedimentos em termos de aplicação no mercado financeiro com a finalidade de poupar. Optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica que teve como base livros, artigos científicos, dados extraídos Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor [PEIC], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA] e Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. Os resultados demonstraram que a Educação Financeira no mundo globalizado, tem partido de movimentos, tratados e acordos internacionais que tem influenciado as mudanças, assim como a sensibilização das instituições bancárias e das entidades públicas e privadas, a conduzir as gestões financeiras com foco no consumo consciente e a transparência nas boas práticas. A educação financeira nas escolas e nas universidades como disciplina representa a importância de poupar e conduzir o consumo com responsabilidade. Avaliou-se que os tipos de riscos que podem ser evitados a fim de auxiliar as pessoas a partir do conhecimento em educação financeira: situações de endividamento, pagamento de altos juros, redução da capacidade de crescimento financeiro e material, carência de recursos para aplicar em melhorias nas empresas, incertezas futuras em termos de estabilidade familiar e empresarial etc. Por fim como efetuar o orçamento doméstico e iniciar a reserva financeira de emergência.

Palavras-chave: Consumo consciente, Orçamento doméstico e reserva financeira de emergência.

Data de recebimento: 23/11/2022

Data de aceite: 30/12/2022

Data de Publicação: 30/12/2022

THE ROLE OF FINANCIAL EDUCATION IN A GLOBALIZED WORLD

¹ Nathaly Barbato; nathalybarbato@gmail.com

² Rafael Guem Murakami; rguemm@gmail.com

¹ Bruno Andrade Costa; brunofarm@hotmail.com

¹ USP/Esalq

² USP/Esalq; Faculdade Flamingo; UNICID

ABSTRACT

The objective of this study is to identify Financial Education as a personal and business strategy currently in the reality of a globalized digital world. It was intended to analyze the legitimization processes in their applicability and the need for financial guidance programs in schools and organizations, pointing out the guidelines and procedures in terms of application in the financial market with the purpose of saving. It was decided to carry out a bibliographic research based on books, scientific articles, data extracted from the Brazilian Institute of Geography and Statistics [IBGE], Consumer Indebtedness and Default Survey [PEIC], Institute of Applied Economic Research [IPEA] and Database National Curricular Common [BNCC]. The results showed that Financial Education in the globalized world has started from international movements, treaties and agreements that have influenced changes, as well as the awareness of banking institutions and public and private entities, to conduct financial management with a focus on conscious consumption and transparency in best practices. Financial education in schools and universities as a subject represents the importance of saving and conducting consumption responsibly. It was evaluated that the types of risks that can be avoided in order to help people from the knowledge in financial education: situations of indebtedness, payment of high interest, reduced capacity for financial and material growth, lack of resources to invest in improvements in companies, future uncertainties in terms of family and business stability, etc. Finally, how to make the household budget and start the emergency financial reserve.

Keywords: Conscious consumption, household budget and emergency financial reserve

INTRODUÇÃO

A educação financeira tem como objetivo conscientizar para o consumo consciente e preparar a sociedade para situações não previstas, este tema educação financeira foi inserido nas escolas em 2020, apesar do decreto ser de 2010, porém não abrange dois temas que são orçamento doméstico e reserva financeira.

Este tema além de fornecer o conhecimento para as novas gerações, também é realizado uma manutenção com os pais, uma vez que é realizado os exercícios de reforço em casa, com a fiscalização dos pais, conseqüentemente estes pais levam este conhecimento para as empresas que trabalham, gerando um compartilhamento de informações para sociedade. Ao ter acesso aos recursos financeiros, os gastos podem estar relacionados a vários fatores: idade, estado civil dependentes, padrão de vida, residência, personalidade e prioridades (Damiani, 2016).

Através do consumo consciente e uma organização nos gastos mensais, pode evitar que as famílias brasileiras tenham um endividamento e com suas reservas de emergências tenham um preparo para situações que não estão previstas como exemplo desemprego e pandemia.

Há um crescimento do comportamento que utiliza as modalidades de créditos em parcelamentos para o consumo de objetos, em que com o acúmulo de parcelas faz com que ultrapasse um orçamento doméstico, por consequência o salário mensal não é o suficiente para o honrar os pagamentos, desta forma eleva o endividamento e assim fica mais difícil regularizar. Este comportamento está relacionado pela ausência do conhecimento sobre educação financeira na prática.

O objetivo do tema o Papel da Educação Financeira é a conscientização para realizar um orçamento financeiro, em que será analisado o que são necessários para os gastos do dia a

dia e mensais, consumo consciente e como iniciar a reserva de emergência. Aproveitar que em um mundo globalizado, em que a informação chega mais rápido as famílias.

Demonstrar de uma forma simples como fazer seu orçamento financeiro doméstico, para que os recursos financeiros sejam suficientes para suprir suas necessidades básicas, incluindo o lazer, o planejamento de aposentadoria e sucessório, bem como em eventualidades haja uma reserva de emergência.

1 - RELATÓRIO DA SITUAÇÃO

1.1 - O papel da educação financeira no mundo globalizado

A tecnologia digital ou virtual levou as pessoas a lugares inimagináveis, e não passou despercebida ao mundo capitalista.

O mundo digital ampliou as condições para que os cidadãos tenham facilidade e acesso aos bancos e ao mercado financeiro, principalmente as modalidades de créditos, as famílias atingiram nas suas utilizações R\$1,5 trilhão em fevereiro, com elevações de 0,5% no mês e 23,7% em doze meses. A modalidade que sobressaíram foram: crédito pessoal não consignado de 2,4%, de cartão de crédito rotativo de 9,7% e de crédito pessoal consignado para servidores públicos de 0,7% conforme Banco central em 2022.

Houve o direcionamento de crédito em fevereiro a soma em R\$1,9 trilhão, com incrementos de 0,4% no mês e de 10,8% em doze meses.

O crédito destinado para empresas houve uma contração de -0,6% no mês e -1,0% no período de 12 meses, em diversos comportamentos, para o mesmo período apurado para as pessoas físicas continuou em crescente a contratação atingindo 0,9% no mês e 18,7% para os 12 meses, em um total de R\$ 1,2 trilhão. A liberação nominal de créditos totalizou em R\$398,3 bilhões em fevereiro. No período apurado houve relativa estabilidade durante o mês, a pessoa jurídica teve um decréscimo de 1,4% nas contratações, no oposto houve uma crescente de 3,4% nas contratações realizadas com pessoas físicas. Totalizando nos 12 meses, variou em 23,5% nas concessões nominais segundo o Banco central em 2022.

O poder de aquisição de crédito e a bens de consumo, com a facilidade aos cartões de créditos, vem com uma enorme responsabilidade ao qual a maioria das pessoas não estão preparadas. No passado havia o contato físico com vendedores e gerentes, que dava tempo do racional se equalizar com o emocional. (Munroe, 2010).

Hoje, no mundo digital, uma vitrine com uma gama de produtos e facilidades dentro de casa, um verdadeiro shopping virtual, tudo muito rápido, onde o despreparo emocional causa um enorme estrago nas finanças dos consumidores.

1.2 - O processo de legitimação da educação financeira

Nessa fase de instabilidade econômico-financeira determinada pela transição da pandemia mundial iniciada em 2019, tem-se como reflexão nos países, as orientações da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico [OCDE], sobre a necessidade de um Processo de Legitimação da Educação Financeira [PLEF].

Sob essa perspectiva, a OCDE tem estimulado os países a determinar mecanismos de formação (formal e informal) para que as pessoas e as empresas em geral possam obter conhecimentos de como manipular de forma eficiente a vida financeira e o ciclo financeiro das empresas.

As relações sociais econômicas num mundo globalizado mostram as características que há entre os indivíduos, que prevalece com o passar do tempo, na maioria das vezes pode ser refletido em termos de mercadoria e consumo. (Britto, 2012).

Nesse contexto, o autor ressalta que com o consumismo torna muito complexa em termos de perspectivas sócio globais que podem prejudicar a evolução da Educação Financeira, os quais o autor cita, o neoliberalismo, o processo de financeirização do capital, o consumismo exagerado e a globalização.

A ideologia do consumismo vigente na sociedade globalizada é assimétrica com o equilíbrio a sustentabilidade ambiental, na medida em que o cerne do capitalismo é o consumo para a acumulação de capitais.

Britto (2012) analisa que a globalização assume aspectos negativos em relação à Educação Financeira devido ao consumo movido pelas relações estreitas nos mercados das nações.

Ao mesmo tempo se deve considerar a existência de correntes que veem o consumo como uma onda de obter produtos supérfluos da sociedade, essa noção de consumo gera muitas vezes antiguidade de determinados produtos que são vistos como ultrapassados na sociedade, produzindo por meio das propagandas um discurso que estimula o consumismo.

Nesse sentido, a educação financeira exige que o sujeito tome a decisão de evitar o consumismo, passando a refletir sobre as reais necessidades de seu consumo, para a superação do vício de consumir, influenciado pelas relações emoldurada pela cultura de massa que domina o sistema econômico (Britto, 2012).

Dentro do enquadramento paradigmático existem mecanismos que tem grande impacto na educação financeira, sendo os mais significativos no neoliberalismo a tendência forte de individualismo, além da influência da mídia e a submissão ao olhar econômico.

A sociedade de consumo tem produzido um resultado preocupante diante da lógica do consumo em relação ao impacto do excesso de uso de recursos naturais tornando o consumo a chave da sociedade contemporânea. Os problemas sociais e ambientais desse modelo de desenvolvimento trouxeram grandes problemas no plano ecológico global que exigem mudanças a partir de processos de sustentabilidade.

O Consumo se analisado como um ato, é a elaboração social, transformada em conjunto de estratégias que impulsiona o desejo e a necessidade do consumo em uma sociedade.

É possível identificar após a análise o distanciamento do vínculo do antigo modelo de consumo, para o atual vigente na sociedade. (Munroe, 2010).

Nessa perspectiva, as mercadorias se tornaram cada vez mais substituíveis com a indústria de massa, a sociedade atual é também a que mais desperdiça produtos pela constante obsolescência de tecnologias programadas para terem vida curta. Os produtos perdem rapidamente a sua validade como bem, quando perdem em uma grande diversidade de novas funções e invenções da indústria para chamar a atenção do consumidor.

A sociedade capitalista criou a cultura de massas e tem na exploração de um consumo excessivo a forma de acumulação de capitais. (Carvalho, 2018) analisa que o modelo atual com seus hábitos de consumo não é sustentável, pelo contrário o estilo de vida da sociedade capitalista dentro de uma lógica de produção e consumo que torna os produtos obsoletos.

A tecnologia tem favorecido o pano de fundo para essa obsolescência do produto que logo se torna para o consumidor sem utilidade porque ficam a cada dia ausente de inovações tecnológicas.

Bauman (2008) avalia que através do consumo próprio, há uma alteração no consumo transformando as pessoas em mercadoria.

De maneira que nessa visão se deve tratar a questão em dois segmentos: os sujeitos ao mesmo tempo como mercadorias e consumidores.

A educação financeira sob essa perspectiva de aprendizagem e conscientização se refere a estimular a pessoas a cuidar de suas finanças pessoais, de forma mais consciente.

Britto (2012) menciona que pela educação financeira destinado ao consumidor, é possível ter um convívio saudável em sociedade, a partir do momento em que detém de

conhecimentos é possível usufruir dos seus direitos e deveres, com objetivo de atingir a paz, harmonia e a justiça como regras para conduta social, na qual o dever é expandido para todos da sociedade.

Deste modo, a educação financeira do consumidor na formação de um consumo consciente é um dever de todos, seja cidadão, fornecedor ou da própria escola. Neste contexto, a informação deve ser distribuída, publicada e conhecida para que todos tenham acesso e possam desta forma reconhecer suas necessidades, capacidades e formas de alcançar seus objetivos e satisfações dentro deste mercado de consumo que cresce e se globaliza a cada minuto.

Educar o consumidor para a educação financeira está ligado ao consumo consciente, não irá beneficiar somente o consumidor, será um benefício para os fornecedores também, que irá priorizar a qualidade, evoluindo na relação do consumidor com o mercado. (Carvalho, 2018).

As mudanças em relação à redução de posturas de superendividamento do consumidor devem ter como estratégia o uso do crédito dentro dos limites de utilização do crédito, a fim de não incentivar o uso inadequado do crédito.

No Brasil, a questão financeira tem produzido problemas familiares e transtornos como ansiedade e depressão.

Com a pandemia, as famílias não estavam preparadas para vivenciar uma situação econômica negativa em todo o país. O que representa que durante a pandemia o consumidor se encontrava em uma situação de endividamento equivalente a 66,5%, criando-se um crescente processo de carência de como gerir ganhos e despesas (Levi, 2018).

Levi (2018) avalia que existem analfabetos financeiros em todos os países do mundo, apresentando o autor como exemplo que em cerca de 140 países, o conhecimento da população acerca de educação financeira é precário.

Tratam-se de acordo com pesquisas globais de um resultado alarmante em termos de carência de preparação, havendo variações de país para país em relação às finanças pessoais e empresariais, entre homens e mulheres, nível de escolaridade e de acordo com a renda.

1.3 - O papel da instituição escolar na educação financeira

Britto (2012) avalia que existe uma submissão aos arranjos sociais econômicos que determinam a necessidade de avaliar decisivamente o papel da instituição escolar na Educação Financeira. Sob esse aspecto, a introdução da Educação Financeira nos sistemas escolares.

Kiyosaki e Lechter (2000) avaliam os problemas decorrentes de não se preparar às pessoas, desde a escola, para atuarem na área financeira pessoal. Na visão dos autores é fundamental que as escolas e universidades passem a determinar no currículo disciplinas que apresentam teorias de como entender as regras financeiras.

Partindo de conceitos de Contabilidade, como ativos e passivos, Carvalho (2018) afirma que as pessoas físicas precisam se conscientizar para a necessidade do controle das finanças através de educação financeira, fator pouco valorizado ou reconhecimento como importante.

No entanto, essa questão dimensiona a necessidade de gerar equilíbrio no orçamento doméstico, eliminar a tendência ao endividamento, comprar somente de forma que se possa obter benefícios econômicos e evitar o pagamento de juros, buscar desenvolver na família a visão de responsabilidade financeira e envolver a todos em um estilo de vida adequado e estimular a formação de poupança e a comprar em períodos determinados.

A pessoas tem o hábito de pagar os outros primeiro e depois que pagam a si próprios, ao passo que as pessoas que possuem uma visão econômica disciplinada, tem o hábito de pagar a si mesmas antes de outros compromissos, isso inclui os momentos adversos, porque obtiveram a informação sobre como executar a inteligência financeira. (Kiyosaki, 2000. Lechter, 2000)

Após a orientação sobre administração das finanças, o indivíduo pode obter

tranquilidade em proporcionar o seu bem-estar, iniciará o desenvolvimento de ter técnicas para obter resultados financeiros. A inteligência financeira requer planejamento e organização para tomada de atitudes corretas, exemplo o consumo após determinada data quando estiver em baixa estação. (Munroe, 2010)

Os jovens devem aprender com a educação financeira uma postura proativa a compreender que o planejamento financeiro faz parte integrante para começar a trilhar o caminho que leva ao equilíbrio financeiro, processo este que requer o total comprometimento e atuações tanto na área das entradas como na área das saídas de dinheiro.

Todavia, não apenas as pessoas com dificuldade financeira necessitam de ajuda externa, pessoas com boa saúde financeira podem precisar desta ajuda para prevenir futuras crises financeiras ou mesmo para descobrir os melhores caminhos para o seu capital.

Os jovens necessitam de aprender a desenvolver o monitoramento da entrada e saída do dinheiro do caixa e a quantificação do patrimônio líquido adquirido na entrada e saída do dinheiro do caixa.

Já que as finanças pessoais determinam numa visão de curto prazo as condições de efetivação de futuros objetivos. Munroe (2010) considera a utilidade do uso de plano de contas, para descrever as ações financeiras realizadas com precisão no tocante às finanças pessoais, permitindo à pessoa física o completo controle da vida financeira.

Munroe (2010) avalia que o modelo permite um planejamento apurado das contas e classificar as saídas de dinheiro por categoria em um simples controle manual em que o usuário tem as condições de diariamente descrever a rotina de entradas e saídas de dinheiro.

Na medida em que as escolas e universidades não contemplam disciplinas que enfoquem as diretrizes de controle financeiro pessoal. Assim, entende-se que o processo de controle da movimentação do dinheiro e as formas de atuação com as contas domésticas favorecem o reconhecimento de todos os tipos de receitas e despesas.

Neste sentido, Carvalho (2018) considera que com a pessoa necessita de educação financeira para atingir um nível de inteligência ao desenvolver a alocação de transações e obter controle total do dinheiro.

O zelo da vida financeira é desenvolver regras de análise de ativos e passivos. A noção de desenvolvimento da capacidade de controle financeiro se constitui na superação das compras por impulso e colocar em seus planos a ação de desenvolver o econômico em todas as coisas (Carvalho, 2018).

Kiyosaki e Lechter (2000) acredita na necessidade de explorar a alfabetização financeira. Os homens de negócios mais ricos reconheceram a importância de conhecer sobre contabilidade, gerenciamento e finanças.

Reduzir o analfabetismo referente a palavras e números, divulgar o conhecimento de que quanto trata-se de ativos é mencionado os valores recebidos e mantidos, quando mencionado passivo engloba todos os débitos como prestações ou dívidas. O ensino sobre o tema dinheiro, não tem que se restringir aos pais, a vida financeira envolve diversos temas e um deles está relacionado ao medo, que por consequência está relacionado com os temas de preocupação ou ansiedade, isso pode ser uma armadilha para trabalhar demais, é necessário que as pessoas tenham domínio sobre o dinheiro. (Kiyosaki e Lechter, 2000).

De modo que existe a necessidade de as pessoas terem a capacidade lidar com dinheiro é fundamental para moldar a forma de viver das pessoas e seu futuro financeiro. Portanto, tratar de questões que envolvem dinheiro requer exercício das habilidades mentais que contribuem para aumentar as chances das pessoas se tornarem bem-sucedidas.

Lima (2015) considera que a prática é a melhor forma de exercitar a capacidade de administrar os riscos que envolvem situações financeiras. Portanto é necessário dar ênfase à competência financeira para a criação de métodos de investimento, bem como a estruturação do orçamento doméstico.

1.4 - Programas de orientação financeira nas organizações

Em tempos de crises causada por uma calamidade pela expansão de um vírus mortal, o qual impõe à sociedade civil às diretrizes e medidas de proteção aplicadas nas contingências do governo para evitar o alastramento da doença trazendo grandes impactos humanos e financeiros à nação (Levi, 2018).

Nessa fase o comércio entra em processo de desaceleração à economia, na medida em que juntamente com uma pandemia também se instala dificuldades e crises econômicas, quando os recursos de uma nação passam a priorizar o contexto em que a pandemia se fortalece, impondo a necessidade de planejamento eficiente (Levi, 2018).

Nesse aspecto, as empresas deverão estar preparadas para passar por esse tipo de situação e compreender o momento que vivenciam e as posturas mais eficientes para reduzir a escala de riscos e manter a empresa dentro de um limite financeiro capaz de superar a crise com diferentes tipos de estratégias.

A educação financeira para empresas se caracteriza por um planejamento para a pessoa física ou pessoa jurídica se dispõe a determinar mecanismos de aprendizagem sobre como conduzir os recursos financeiros para uma melhor qualidade de vida ou para tempos de emergências nos casos de doenças na família, desemprego, pandemia, crises econômicas no mercado e demais infortúnios que possam surgir de repente (Senhoras, 2020).

A implementação de educação financeira evita a possibilidade de obtenção de empréstimos com juros altos e nos casos de pessoa física as dificuldades inerentes para conseguir a captação de dinheiro em curto tempo. De modo que a reserva estratégica pode ser considerada como uma espécie de poupança para um fim necessário em casos extremos de necessidade em relação à gestão empresarial em tempos de crise (Neves, 2010).

A formalização do processo de educação financeira favorecerá por parte dos indivíduos/empresários um planejamento econômico e financeiro para criar uma reserva estratégica nas empresas para auxiliar na análise dos resultados obtidos e, ao mesmo tempo, obter parâmetros confiáveis para a tomada de decisões em tempos complexos. A gestão financeira que determina a criação de uma reserva financeira estratégica permite aos gestores uma segurança para a empresa e o mercado em que atua se houver tempos crise econômica (Roriz, 2017).

Nesse aspecto, a importância de controle gestor para a prática estratégica de educação financeira é de grande relevante prática, na medida em que favorece o planejamento de ações que assegurem o ciclo produtivo no futuro através das vantagens de se planejar e guardar capital para situações inesperadas.

Neves (2010) avalia a importância da educação financeira representada pela aprendizagem de como utilizar os recursos de forma eficiente inteligente. Atualmente existem diversos programas empresariais que tem como objetivo demonstrar aos empresários as modalidades de investimentos que oferecem liquidez e segurança.

Para esse tipo de estratégia, o autor analisa que o ideal é optar por um tipo de retirada de capital rápida e com menos burocracia, se houver uma emergência, através de um tipo de investimentos com liquidez diária.

A Educação financeira na gestão de negócios deve compreender as habilidades e competências para ser capaz de realizar os processos estratégicos fundamentais para manter os mecanismos necessários para assegurar o capital de giro em casos críticos em que o mercado se ressentido de alguma mudança brusca, a exemplo da realidade brasileira atual com a pandemia do Covid-19 (Munroe, 2010).

Conforme Neves (2010) as mudanças empreendidas nas gestões administrativas atuais exigem orientações básicas de educação financeira, para que as empresas possam socializar o

conhecimento de todos os colaboradores envolvidos direta ou indiretamente no processo de produção.

Avalia que na gestão de negócios demanda muitos processos estratégicos voltados para a educação financeira (Munroe, 2010). Em períodos de redução da produção e das vendas caracterizadas por situações adversas, na existência de problemas que envolvem crises econômicas que geram desestabilidade na empresa e no mercado, nos casos em que existe um declínio financeiro e a empresa necessita de capital de giro para desenvolver o ciclo financeiro e as obrigações, nas situações que existe uma redução acentuada de clientes devido a algum problema relacionado aos produtos ou aos serviços etc.

O objetivo da educação financeira é determinar mecanismos para orientar um nível de proteção financeira para assegurar o futuro da empresa e garantir a sua permanência no mercado competitivo.

Em tempos de crise econômica, a exemplo dessa fase de pandemia que o Brasil atravessa desde 2020, é importante que as empresas mantenham seus estoques para não paralisar as atividades produtivas, manter as obrigações da empresa e assegurar um fluxo de caixa.

A existência de crises de mercado, afeta diretamente todos os negócios e representam grandes desafios muito difíceis de serem superados pelas pessoas e pelas organizações, porque quando se trata de mudanças bruscas, exige-se das gestões meios de assegurar as variadas situações e saber lidar com as mudanças conjunturais do mercado (Neves, 2010).

Neste contexto, as mudanças de crises econômicas, desastres naturais e pandemias trazem graves problemas para as economias dos países.

De modo que nas circunstâncias de crises econômicas, crises políticas e de saúde pública, estas se refletem diretamente no mercado, causando inflação, redução de produtos, desempregos e outras situações que geram problemas diretos nos processos organizacionais (Lima, 2015).

As ocorrências que causam um fluxo de risco requerem dos administradores com novas conjunturas de preparação e competências ligadas ao desenvolvimento de ações que possam assegurar a sobrevivência da empresa.

Munroe (2010) avalia que a criação de propostas voltadas para a educação financeira em uma sociedade globalizada é uma estratégia que faz parte de políticas bem-sucedidas que servem de reavaliação para as práticas administrativas que podem ser buscadas em métodos considerados eficazes para os gestores de empresas.

De modo que a educação financeira é fundamental, expressa a partir de conhecimentos práticos de gestão financeira e estratégias por meio de uma poupança específica. As decisões em relação à criação de uma reserva de capital podem se realizar a partir do mercado de capitais, na busca da melhor forma de captar poupança em curto prazo (Lima, 2015).

A educação financeira voltada para as empresas se reveste de mecanismos para uma melhor atuação dos profissionais, para os quais é indispensável uma visão profunda de mercado, estratégias e finanças, o aprimoramento dos conhecimentos sobre como realizar de forma eficiente uma reserva de emergência, poderá evitar a falência de uma empresa e viabilizar o crescimento e evolução da empresa no mercado.

A sustentabilidade financeira em instituições deve ser uma política a ser incorporada, aplicada aos negócios a partir de práticas que tenham a intenção de promover a estabilidade, perenidade e equilíbrio entre clientes, funcionários, acionistas e fornecedores.

De acordo com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Escola de Administração de Empresas de São Paulo - EAESP o desenvolvimento sustentável e sua interrelação com as instituições financeiras surgiu na década de 60 quando ocorre os primeiros mecanismos de uso do poder fiduciário e a maneira de alocar o capital, partindo de ativismo de valores éticos associados aos investidores.

O avanço desse movimento representa o papel na economia de fundos de investimentos

relacionados às organizações de caráter religioso, determinando uma visão de investimentos socialmente responsáveis, conhecido como Socially Responsible Investments (Calado, 2010).

Na década de 90, ocorreu um movimento das instituições financeiras ocasionada por pressão social exigindo responsabilidade dos credores na forma de utilização e aplicação dos recursos financeiros, as campanhas partiam da conscientização em relação aos depositantes das grandes instituições bancárias acerca da aplicação de recursos, ao aconselhamento do fechamento de contas bancárias ou cortes do cartão de crédito como forma de repudiar a ação dos bancos que propiciam o endividamento sem responsabilidade.

A sensibilização acerca das práticas de intermediação financeira há uma influência ao consumo sem necessidade, como é prática nas lojas comerciais com a opções de pagamentos em várias parcelas de meses e até anos, elevando o endividamento e submetendo a riscos como inadimplência (Lima, 2015)

Em 2003 foi criado o tratado dos Princípios do Equador que traz uma análise socioambiental, na qual refere-se à necessidade de sustentabilidade em vários aspectos, seguindo as diretrizes do International Finance Corporation [IFC], membro do Banco Mundial, que passaram a desenvolver estratégias para fomentar as finanças sustentáveis, bem como um alinhamento das instituições de intermediação financeira para assumir os compromissos do Acordo de Paris, o qual o Brasil aceitou fazer parte, a partir de um extenso comando de forças para progredir em incentivar nos países um Programa de Finanças Sustentáveis - PFS (Calado, 2010).

O PFS prevê o uso de boas práticas a partir da aplicação de estratégias de gestão de risco, reduzindo assim o capital bancário, a partir do Acordo de Basiléia I e II, para um percentual de 8% do valor de capital de risco, reconhecendo que os bancos costumam ultrapassar muito esse percentual, a partir de uma visão de lucros. Além das diretrizes de gestão de riscos, os bancos são chamados a desenvolver políticas internas de eficiência energética e a criar programas de fomento de desenvolvimento regional voltados para um modelo sustentável, estimulando o uso de energias renováveis e que a aplicação de recursos financeiros esteja alinhada aos princípios do Desenvolvimento Sustentável (Lima, 2015).

Todas as instituições financeiras que lidam com a intermediação financeira, através de empréstimos pra organizações em nível de medidas contratuais nas relações de mercado correm vários tipos de riscos que poderão produzir insolvência.

A palavra risco faz parte de toda a atividade produtiva humana na medida em que o homem estabelece uma relação de exploração dos recursos da natureza. Estes riscos devem ser considerados dentro das conjunturas de cada processo produtivo.

O Risco Financeiro envolve as relações em que diz respeito ao uso de patrimônio empresarial ou particular no desenvolvimento de empreendimentos. (Lima, 2015). Analisa que o risco financeiro tem relação com as volatilidades dos prováveis fluxos financeiros em decorrência dos fluxos econômicos, de estrutura dos capitais da empresa e da remuneração dos capitais investidos. Na avaliação do risco financeiro geralmente se utilizam indicadores que podem determinar as situações de risco financeiro do empreendimento.

Um dos grandes problemas que incorrem em riscos no processo de intermediação financeira diz respeito à flutuação de taxas de juros que determinam riscos de mercado, determinando a menor liquidez de um banco ou organização, levando ao problema de insolvência (Lima, 2015).

Neves (2010) avalia que se um banco chega a falir, os milhares de clientes são duramente afetados, partindo da noção de risco financeiro e sob o reconhecimento de que a falta de processos regulador poderão produzir prejuízos a todo o sistema financeiro e a perda da credibilidade de investidores.

Neste sentido, o risco é visto como processo caracterizado por um evento que representando falhas determina prejuízos financeiros nos investimentos de capitais. Ao investir

em uma instituição os agentes esperam obter lucros e buscam se assegurar de que a operação realizada pela instituição tenha estratégias e regras em caso de risco diante de incertezas (Sampaio, 2018).

Um dos pontos relevantes que as instituições financeiras tem em relação a decisão de crédito é a capacidade de gerar caixa futuro para o repagamento dos financiamentos concedidos, em que até agora era analisado com base na situação econômico-financeira dos seus clientes, nos dias atuais em instituições financeiras pioneiras os setores já observaram os impactos que os riscos socioambientais tem na capacidade de repagamento de seus clientes, a partir deste momento foi incluso para as novas análises de créditos a incorporar desta informação para decisão de aprovação do crédito e gestão de risco. (Munroe, 2010, p. 132):

O foco das finanças sustentáveis está representado por um tipo de gestão pautada na gestão socioambiental em todas as atividades associadas aos negócios, nas relações com os investidores, colaboradores e fornecedores.

Sob esse aspecto, se deve levar em consideração que a motivação econômica está relacionada ao surgimento de novos compromissos assumidos, a partir de diretrizes de alinhamento tanto por meio de aspectos legais, como de tratados e acordos internacionais dentro de posturas que tenham com o foco expectativas socioambientais e de ecoeficiência (Lima, 2015).

A estratégia é atingir níveis elevados de sustentabilidade ambiental e financeira, como responsabilidade dos bancos no âmbito da construção de políticas de sustentabilidade, a partir de um discurso estratégico e da aplicabilidade de boas práticas de gestão.

Atualmente a responsabilidade socioambiental representa também no cenário competitivo, o poder de imagem corporativa positiva diante de acionistas, colaboradores, clientes, consumidores, fornecedores, governos, comunidades e tantos outros que convivem em constante interdependência (Munroe, 2010).

A partir desse contexto, os países começam a entender que as medidas de proteção ambiental não foram inventadas para impedir o desenvolvimento econômico (Lima, 2015), mas para permitir o uso racional do meio ambiente e sensibilizar a sociedade para as responsabilidades sociais, critérios e diretrizes gerais para unir desenvolvimento econômico e social com planejamento ambiental.

A responsabilidade socioambiental tem grande influência sobre a imagem corporativa, criando valores agregados e intangíveis. As organizações como sistemas dinâmicos interagem diretamente com o meio social e ambiental, e como campo de atuação exercem grande impacto social (Sampaio, 2018).

Neste sentido, as mudanças diante das ações sociais começam a se difundir nas empresas brasileiras que progressivamente começaram a aderir aos valores intangíveis que as empresas podem constituir como sistemas que integram o meio social, econômico e cultural.

Os postulados do desenvolvimento sustentável privilegiam ações de uso racional dos recursos naturais, a fim de resguardar as capacidades das futuras gerações. Essa condição exige ações de planejamento que articuladas em nível internacional, nacional e local poderão assegurar as normas ambientais conquistadas para a melhoria da qualidade de vida das populações (Sampaio, 2018).

Neste contexto, criaram-se as condições ideais para a aplicação na fase de planejamento dos empreendimentos, as técnicas e metodologias que possam ser desenvolvidas pelas organizações para minimizar os impactos ambientais e determinar políticas socioambientais e de sustentabilidade.

Vejamos que o tema educação financeira é tão relevante, que engloba o conhecimento para tornar sociedade saudável financeiramente para evitar o endividamento e outros efeitos nos cidadãos, como até o tema sustentabilidade, minimizando a utilização de recursos naturais, salvando o planeta, através do consumo consciente.

Atualmente já houve aprovação para a inclusão do tema Educação financeira nas escolas, iniciando no 5º ano do ensino fundamental que ensina percentuais, no 6º ano é abordado proporcionalidades, no 7ª ano o tema proposto é resolução de problemas com percentuais, no 9ª ano é contextualizado percentuais sucessivos e determinação de taxas percentuais segundo o BNCC.

Entretanto o tema que não é abordado, é como administrar os ativos e passivos, para que tenha um fluxo de caixa saudável, sem necessidade do consumo de modalidades de linhas de créditos em instituições financeiras, utilizando juros e multas. Que tenha acesso a informações de fácil compreensão de princípios básicos para elaboração de um orçamento, de gestão de receitas e despesas. (Hoffman, 2012)

Em dezembro de 2010 surgiu a Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF com o Decreto nº 7.397 do governo federal, que visa auxiliar a população com os temas Finanças pessoais, orçamento, planejamento, previdência social, sistema financeiro, investimento, que são palestras realizadas para divulgação do conteúdo e aplicabilidade para a sociedade, fazendo com o que haja uma reflexão referente as escolhas diárias em relação ao consumo e poupar.

É possível que o conhecimento seja propagado através das escolas ou até mesmo das empresas que exercem suas atividades, porém muitos cidadãos ainda não têm acesso a esta oportunidade para usufruir das habilidades básicas para efetuar a administração dos seus recursos financeiros, de maneira racional e responsável, a fim de evitar o endividamento e por consequência a inadimplência, em que é a maioria da população brasileira. (Harmuch, 2017).

Para que os alunos tenham facilidade na compreensão do conteúdo ensinado, os professores precisam estar capacitados perante a este tema, há um desvio do foco, pois há professores não detém as informações necessárias para ministrar as aulas. (Penteado, 2001). O professor possui o conhecimento da sua área específica, pela grade curricular o tema abordado está inserido na disciplina Matemática, sendo que o tema Educação Financeira é além de cálculos, como contabilidade, economia e outros. Por estes motivos, há necessidade referente a estímulo entre os professores para matérias extracurriculares.

1.5 - Endividamento e compra compulsiva

Assumir dívidas é fazer aquisição de bens ou serviços com recursos insuficientes de pagamentos, utilizando capital de terceiros, compreendidos como modalidades de créditos, acrescidos de juros (Marques, Frade. 2003, Piccini e Pinzetta, 2014). A falta de controle pode gerar impactos em diversas áreas sociais e familiares, como perda de patrimônio e aumento de problemas relacionados a saúde física e psicológica. (Silva, 2018).

Houve uma elevação de 75,3% de dívidas nos lares. Este percentual é histórico desde 2010, foi a primeira vez que o número de famílias endividadas alcançou a 3,01 milhões. No quesito a inadimplência alcançou a taxa de 24,6%, que é um resultado de 986 mil famílias com contas pagamentos pendentes. A previsão é que as famílias não consigam honrar os pagamentos, saldando as dívidas, dívidas atrasadas, em que atingiu 10,1%, maior taxa desde 2010, conforme PEIC em 2022.

A compra compulsiva tem relação com a satisfação imediata como mecanismo para atingir a felicidade e bem-estar. (Dittmar, 2005; Goldsmith, Clark, 2012). Por estes motivos a partir do momento de ter acesso à informação logo na sua formação primária de estudos, ter acesso conceitos básicos: como identificar o que realmente é consumo necessário, planejamento para finanças, como a organização de um orçamento doméstico, como executar uma reserva financeira de emergência.

Compreende-se que o percentual ideal para incluir no orçamento até 30% da renda com dívidas (passivo). Em situações como inadimplência é possível efetuar renegociações com as

instituições financeiras, em que optam em receber uma fração da dívida do que não receber nada. Por este motivo o adequado é evitar a inadimplência, com a prevenção de planejamento de orçamento doméstico e possuir reserva de emergência para situações não previstas, de acordo com os índices do Serasa em 2022.

1.6 - Orçamento doméstico

Para iniciar o orçamento doméstico, é primordial as anotações, podem ser realizadas com papel e caneta ou com planilhas em computadores.

As informações consistem em 4 Pilares: Entradas, Gastos, Patrimônio e sonhos/projetos (Damiani, 2016).

No pilar Entradas, serão relacionados tudo que entrar de receitas/salários, que é conhecido como ativo.

No pilar Gastos, serão relacionados os gastos fixos, como exemplo: moradia, água, luz, plano de saúde, mensalidade escolar e outros, que é conhecido como passivo.

No pilar Patrimônio neste item será relacionado as parcelas que tem aumento dos bens, como a compra de imóvel, veículo, complemento de aposentadoria e os recursos para reserva financeira.

No pilar sonhos/projetos serão relacionados todos os planos futuros para o planejamento para a conquista, como troca de veículo, viagem de férias, passeios, cirurgia estética e outros.

Após relacionar de maneira simplificada os 4 pilares, é possível a identificação do percentual para cada destino e obter clareza para adequar dentro do pilar Entradas, com a finalidade de ser um orçamento superavitário.

1.7 - Reserva financeira de emergência

Consiste em separar parte dos recursos/salários para destinação de reserva, o ideal é que tenha o valor acumulados equivalente de 3 a 12 salários (Damiani, 2016), justamente para que em situações de imprevisibilidade, não haja desestruturação no orçamento doméstico e evitando a utilização desnecessária de modalidades de créditos, em que serão pagos os valores principais, juros e multas, fazendo que o patrimônio tenha uma redução.

As modalidades para ser destinada a reserva tem que ser escolhida com liquidez diária, como poupança, é importante que seja fácil a conversão em dinheiro.

Este recurso será utilizado em situações que não estava previsto no orçamento doméstico, a título exemplificativo: perda de emprego, acidente/desastre, doença etc.

Para evitar preocupações é relevante administrar o seu dinheiro, guardar dinheiro e privar no momento presente, porém ter tranquilidade no futuro. (Housel, 2020).

Por fim, o intuito da pesquisa foi através desta pequena amostragem, demonstrar que há opções simples, contudo não basta a inclusão do tema Educação financeira nas escolas e nas empresas, que é necessário uma forma simples e clara para implantar o plano de ação a ser executado, através do tema inicial que é o orçamento doméstico para transparência do fluxo de rendas e separação dos recursos por modalidades, na sequência o tema reserva financeira de emergência, em que o recurso é destinado para eventualidades.

Desta forma é possível haver uma sociedade saudável financeiramente para usufruir o dia a dia com tranquilidade e preparado em situações não previstas.

2 – MATERIAIS E MÉTODOS

Para elaboração deste trabalho foram utilizados estudos anteriores referente a finanças, na qual permitiu a extração das informações básicas para a conclusão do trabalho e para

corroborar com os dados encontrados, através da análise em que no Brasil houve um aumento do endividamento as famílias brasileiras e teve uma crescente nas dívidas pessoais em outubro de 2021, alcançou 74,6% da sociedade de acordo com a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor [PEIC] e a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo [CNC].

Um dos fatores do endividamento é a facilidade de créditos, na qual cresceu de 11,1% para 12,6% a projeção de evolução referente ao crédito concedido no Brasil em 2021, segundo Banco central em setembro de 2021.

Uma das bases estatísticas foi extraída das informações oficiais do site eletrônico do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE].

Também foi utilizado questionário com 4 questões para diversos públicos tendo como objetivo a coleta de informações sobre o tema educação financeira, suas dificuldades referentes ao orçamento familiar e se gostaria de aprender sobre reserva financeira, planejamento de aposentadoria e sucessório.

Período da coleta de informações por questionário: 9 a 16 de maio de 2022. Total de pesquisados: 107 voluntários, foram proporcionalmente divididos pelo público-alvo abaixo apresentado.

Público-alvo:

- Pesquisa com profissionais bancários no estado de São Paulo.
- Pesquisa com pessoas de baixa renda periferia no estado de São Paulo zona leste.
- Pesquisa com alunos da turma do MBA Digital Business.
- Pesquisa LinkedIn com público-alvo: faixa etária 18 a 65 anos.

As perguntas foram elaboradas de forma simples para que independente do público houvesse fácil compreensão do tema entrevistado, despertando o interesse pelo tema e que concluísse a pesquisa de imediato para a mensuração do nível de conhecimento relacionado a educação financeira.

As perguntas utilizadas:

1. Você conhece o papel da Educação Financeira?
2. Tem dificuldades para fazer o orçamento financeiro familiar?
3. Tem reserva financeira de emergência?
4. Gostaria de receber dicas de como organizar as finanças, plano de ação para iniciar a reserva de emergência, planejamento de aposentadoria e sucessório?

Através desta pequena coleta de informações foi consolidado a amostragem do conhecimento sobre o tema, parcialmente foi identificado a dificuldade referente a orçamento doméstico, e que este público entrevistado na sua maioria deseja aumentar o conhecimento para inclusão na prática sobre educação financeira.

A tabela com percentual e gráfico da pesquisa realizada, bem como foram inseridas as informações extraídas dos sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEA], Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor [PEIC] e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo [CNC].

3 – RESULTADOS E DISCUSSÕES

O modelo proposto foi a coleta e cruzamento de informações dos dados oficiais para criar uma base de informação científica capaz de identificar a relação do consumo desenfreado

e o endividamento impulsionado pelo alcance do mundo digital, aliado a necessidade de uma reserva de emergência visto o alto número de desemprego

Verificou que com o crescimento do mundo digital as pessoas tiveram mais acesso a cartões de crédito e linha de crédito.

Segundo dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor - PEIC, realizada pela FEICOMERCIO-SP, em abril de 2022, 75,3% das famílias tinham dívidas, deste percentual, 24,6% estavam inadimplentes. Essa pesquisa demonstra o crescimento do endividamento, com base nas informações anteriores, que datam de 2010.

Nesse contexto temos ainda as informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, que são trimestrais, no período de 2019 a 2022, demonstra uma média ponderada de 11,1% dos brasileiros desempregados, sendo o menor índice no 4º trimestre de 2019, com 11,1% e o maior no 1º trimestre de 2021, com 14,9%, ou seja, os dados oficiais mostram que embora tenham trabalhadores disponíveis ao mercado, uma parcela sempre está desempregada. Assim, uma educação financeira a qual destina uma reserva de emergência se faz necessário nos lares brasileiros.

Com base nessas informações dos dados oficiais referente a endividamento, verificasse que há uma relação direta de quanto maior acesso ao crédito maior o endividamento, esse período coincide com o acesso as informações do mundo digital. Com a globalização digital houve um maior acesso as linhas de créditos a qual os consumidores não estão preparados para utilizá-las, reafirmando o papel da educação financeira no mundo digital. Não há generalização que quanto mais crédito, mais consumo, porém analisando os dados na evolução do crédito, é observado que houve elevação de endividamento das modalidades de fácil acesso como cartão de crédito.

O estudo analisou através desta pequena amostragem, uma escassez de conhecimento teórico na área da educação financeira, e o resultado e o cenário atual demonstrado nos relatórios do PEIC e IBGE.

O trabalho identificou uma relação direta entre o consumo impulsivo e a falta de uma educação financeira.

Por fim, constatou que há uma parcela da população desempregada, entre 11,1% a 14,9%, diante desses dados há a real necessidade de uma reserva de emergência, que só é possível com conhecimento da disciplina educação financeira.

Após análise da atual grade curricular escolar confrontados com os dados oficiais apresentados como: nível de endividamento e facilidade de acesso a diversas modalidades de crédito, foi realizado uma pesquisa de amostragem para mensurar o nível de conhecimento sobre o tema o papel da Educação financeira e a principal dificuldade relacionado a aplicabilidade do orçamento doméstico no dia a dia e o planejamento para efetuar a reserva financeira.

Pesquisa realizada no período de 09 a 16 de maio de 2022, com o público de 18 a 65 anos, total de 105 participantes.

Resultado de Pesquisa:

1. Você conhece o papel da Educação Financeira?

Resultado: A: 73,2% sim, B: 22,7% não, C: 4,1% conheço parcialmente e D: 0% desconheço.

2. Tem dificuldades para fazer o orçamento financeiro familiar?

Resultado: 19,6% sim, 40,2% não, 39,2% parcialmente e 1% totalmente.

3. Tem reserva financeira de emergência?

Resultado: 75,3% sim, 20,6% não, 3,1% prefiro não responder, 1% não sei o que é reserva de emergência.

4. Gostaria de receber dicas de como organizar as finanças, plano de ação para iniciar a reserva de emergência, planejamento de aposentadoria e sucessório?

Resultado: 72,2% sim, 12,4% não, 1% prefiro não responder e 14,4% talvez no futuro.

Confrontando os dados da pesquisa podemos observar que embora 73,2% dos entrevistados possuem o conhecimento da matéria referente ao papel da Educação financeira, apenas 40,2% desse percentual não tem dificuldade em para realizar um orçamento doméstico, ou seja: 59,8% têm dificuldade.

O mesmo grupo que afirma ter conhecimento de educação financeira, em sua maioria, ou seja, 72,2% aceitam receber informações e assessoria financeira.

O resultado mostra que ainda há um tabu quando o assunto e educação financeira.

Ao confrontar uma pesquisa de conhecimento de educação financeira, 73,2% afirmam ter conhecimento do assunto. Ao confrontar o estudo acima e os dados oficiais, verifica-se um nível de endividamento, indo na contramão das informações dos entrevistados.

O estudo mostra que os entrevistados acreditam ter conhecimento da matéria, mas, empiricamente não detém o conhecimento que acreditam ter.

Com a carência em informação de finanças pessoais, não veem com clareza e transparência o que pode ser minimizado dos gastos desnecessários, fazendo com que as famílias tenham um déficit financeiro, tendo que tomar créditos de terceiros com juros embutidos.

O estudo demonstra que a população tem a necessidade de informações sobre o tema Educação financeira e sua aplicabilidade de organização de finanças.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu diante desta pequena amostragem demonstrar que a Educação financeira tem como estratégia a ampliação do conhecimento e como sugestão a execução do planejamento de consumo consciente e sustentável na atual realidade de um mundo globalizado, partindo da percepção de que os movimentos na grade curricular do ensino fundamental e médio, bem como nas empresas, tem influência na dinâmica de mudanças, assim como a sensibilização das instituições bancárias e das entidades públicas e privadas, a conduzir as gestões financeiras de forma racional, com consciência na transparência nas ações e as boas práticas na vida econômica e financeira.

De modo que em termos pessoais, a sua implementação nas escolas e nas universidades como disciplina representa uma maneira de levar uma visão geral da importância de poupar e de conduzir a vida financeira e o consumo com responsabilidade.

Nesse sentido, evidenciou-se que os processos de legitimação da Educação Financeira pessoal e empresarial, como solução partindo de uma análise de sua aplicabilidade na realidade atual depende diretamente de conscientização do consumo consciente e organização das entradas e saídas das receitas, na medida em que seja possível adequar o orçamento doméstico, com reservas para poupar e ter tranquilidade em situações de imprevisibilidade.

Além da necessidade de programas de orientação financeira nas organizações se faz necessária uma proposta política das instituições bancárias, indústrias e estabelecimentos comerciais, bem como residenciais de criar soluções de consumo sustentáveis aplicando mecanismos de ecoeficiência em várias situações que possa produzir economia de recursos.

Nessa perspectiva, avaliou-se que os tipos de riscos que podem exigir das pessoas conhecimento em educação financeira é de ficar à mercê de situações de endividamento, pagamento de altos juros, redução da capacidade de crescimento financeiro e material, carência de recursos para aplicar em melhorias nas empresas, incertezas futuras em termos de estabilidade familiar e empresarial, carência de credibilidade das empresas etc.

A estratégia das empresas de utilizar os serviços das financeiras (cartões de crédito) para eliminar os níveis de risco para as perdas que aumentam à medida que as medidas econômicas se articulam de forma a causar alguma instabilidade, como o aumento de juros. Os empresários

e comerciantes em geral buscam atingir um aumento de suas vendas para manter competitividade em relação ao mercado.

Desta forma, é comum às lojas e casas comerciais optarem pelos mais diversos tipos de experiências de negócios: cheque pré-datado, pagamentos em várias vezes, desburocratização, flexibilidade na abertura de crédito etc.

Deste modo, as políticas de crédito funcionam como instrumentos orientadores das concessões do crédito para alavancar o comércio, mas trazem grandes prejuízos em médio e longo prazo, na medida em que os consumidores se tornam cada vez mais endividados e com a tendência de inadimplência.

A partir do momento em que estas políticas por meio dos seus instrumentos avaliam todo contexto social e econômico do solicitante do crédito, estabelecendo assim limites de segurança que serão relevantes para o retorno do valor empenhado na concessão, abrem-se as oportunidades de consumo que estimula o mercado.

A tecnologia digital ou virtual ampliou as condições para que os cidadãos tenham facilidade e acesso aos bancos, a partir da facilidade de abertura de conta corrente e acesso as modalidades de créditos, é possível que tenha acesso a ter os primeiros passos para poupar, tudo no mesmo ambiente.

Por outro lado, a plataforma digital e um mundo de conhecimento que pode se levar a educação financeira a todos.

Concluiu-se que através de posturas que poderão ser tomadas para executar o planejamento financeiro, a partir de projetos educativos para desenvolver melhorias na qualidade na grade curricular e assegurar que houve compreensão nos temas abordados para rigorosa sociedade menos endividada e com mais projetos e sonhos realizados.

REFERÊNCIAS

ASSI, Marcos. 2013. **Gestão de Compliance e Seus Desafios. Como Implementar Controles Internos, Superar Dificuldades e Manter a Eficiência dos Negócios.** Ed. São Paulo: Saint Paul.

Banco Central do Brasil [BACEN]. 2022. **Estatísticas monetárias de crédito.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/estatisticas/estatisticasmonetariascredito>> Acesso em: 28 de abril de 2022.

Base Nacional Comum Curricular [BNCC]. 2015. **A Base. Educação Básica – Competência Gerais da Educação Básica.** Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>> Acesso em: 29 de outubro de 2021.

BRITTO, Reginaldo Ramos de. 2012. **Educação Financeira: Uma pesquisa documental crítica.** 263 fls. Mestrado em Educação Matemática – Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais.

CALADO, Luiz. 2010. **Fundos de Investimentos.** 1 Ed. São Paulo: Elsevier.

CARVALHO, Camila. 2018. **De Devedor a Pougador: Finanças Pessoais.** 1 Ed. São Paulo: ASIN.

DAMIANI, Denise. 2016. **Ganhar, Gastar, Investir.** 1ed. Editora Sextante, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

HARMUCH, Daniela. 2017. **Tarefas para uma Educação Financeira: Um estudo.** Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de Matemática) Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina.

HOFMANN, R.M.; MORO, M.L.F. 2012. **Educação matemática e educação financeira: perspectivas para ENEF**. Zetetiké, Campinas, São Paulo.

HOUSEL, Morgan. 2020. **A Psicologia Financeira**. 1. Ed. Rio de Janeiro. Harper Collins.

Instituto Brasileiro de Geografia Estatística [IBGE]. 2022. Painel de Indicadores. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores>> Acesso em: 01 de maio de 2022.

LEVI, Guido Carlos. 2018. **Doenças que mudaram a história**. 1 Ed. São Paulo: Contexto.

LIMA, Fabiano Guasti. 2015. **Análise de Riscos**. 1. Ed. São Paulo: Atlas.

MARQUES, M. L. M.; FRADE, C. 2003. **Regular o sobreendividamento**. Coimbra, 2003. Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Ministério da Educação [MEC]. 2014. Estratégia Nacional de Educação Financeira [ENEF]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/222-537011943/20340-conferencias-sobre-educacao-financeira-acontecerao-em-maio>> Acesso em: 01 de maio de 2022.

MUNROE, Mylles. 2010. **Vendendo a crise**. São Paulo: Bello Publicações.

NEVES, Roberto de Castro. 2010. **Crises empresariais com a opinião pública: como evitá-las e administrá-las: casos e histórias**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Mauad.

Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor [PEIC]. 2022. Índices. Disponível em: <<https://www.fecomercio.com.br/pesquisas/indice/peic>> Acesso em: 01 de maio de 2022.

PENTEADO, M. G. **Computer-based learning environments: Risks and uncertainties for teachers**. 2001. Ways of Knowing Journal. Rio Claro, SP.

PICCINI, R. A., PINZETTA, G. 2014. **Planejamento financeiro pessoal e Familiar**. Unoesc & Ciência – ACSA.

PINHEIRO, Juliano. 2016. **Mercado de capitais**. 9 Ed. São Paulo: Atlas.

SAMPAIO, Marília de Ávila e Silva. 2018. **Superendividamento e consumo responsável de crédito**. Brasília: TJDFT.

SENHORAS, Elói Martins. 2020. **Impactos econômicos da pandemia da COVID-19**. 1. Ed. Boa Vista: Editora da UFRR.

SERASA. 2022. **Mapa de inadimplência e renegociação de dívidas no Brasil**. Mapa Março 2022. Disponível em: <<https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/blog/mapa-da-inadimplencia-e-renegociacao-de-dividas-no-brasil>> Acesso em: Abril de 2022.

SILVA, Pedro Pereira da. 2020. **Educação Financeira: Uma proposta de cenário para investigação no ensino fundamental**. Mestrado profissional em ensino de matemática. Universidade de São Paulo. São Paulo, SP.